



**PAUTA
PARA A 57ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 06 DE JUNHO DE 2011**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 556, de 2011, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Inclui na grade curricular das escolas estaduais de ensino fundamental a disciplina de Educação no Trânsito, com carga horária mínima de 1 aula.

2 - Projeto de lei nº 557, de 2011, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Altera a Lei nº 2.481, de 1953, que dispõe sobre a instituição da taxa de pedágio a ser cobrada nas rodovias do Estado, para isentar veículos das guardas municipais.

3 - Projeto de lei nº 558, de 2011, de autoria do deputado Adilson Rossi. Disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços através de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado.

4 - Projeto de lei nº 559, de 2011, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública o "Instituto São Paulo Melhor", na Capital.

5 - Projeto de lei nº 560, de 2011, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação Suzano Feliz - Projeto Vida - ASSUFEL", naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 561, de 2011, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes Físicos de Penápolis - ADEFIPE", naquele Município.

7 - Projeto de lei nº 562, de 2011, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a Sociedade de Amparo ao Menor "Paulo Tarso", em Poá.

8 - Projeto de lei nº 563, de 2011, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação Emaús - ASSEM", em Suzano.

9 - Projeto de lei nº 564, de 2011, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe o ato de fumar ao volante quando presentes crianças de até 12 anos de idade no interior do veículo automotor.

10 - Moção nº 43, de 2011, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os Srs. Deputados federais, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 8046 de 2010, que dispõe sobre o novo Código de Processo Civil Brasileiro, seja aprovado com a máxima brevidade possível.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 548, de 2011, de autoria do deputado Ed Thomas. Dispõe sobre concessão de crédito para a juventude rural do Estado.

2 - Projeto de lei nº 549, de 2011, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal das matas ciliares no Estado.

3 - Projeto de lei nº 550, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui a Frequência Eletrônica nas escolas estaduais do Estado.

4 - Projeto de lei nº 551, de 2011, de autoria do deputado Edmir Chedid. Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

5 - Projeto de lei nº 552, de 2011, de autoria do deputado Campos Machado. Estabelece condições de sepultamento, no âmbito do Estado, em atendimento às diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA.

6 - Projeto de lei nº 553, de 2011, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Autoriza o Poder Executivo a criar, na legislação de trânsito estadual, dispositivo que estabeleça uma faixa de retenção, nos semáforos, para motociclistas.

7 - Projeto de lei nº 554, de 2011, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Pastor João Carlos Padilha de Siqueira" à Escola Estadual Jardim Santa Mônica, em Presidente Prudente.

8 - Projeto de lei nº 555, de 2011, de autoria da deputada Ana Perugini. Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação nos hospitais e maternidades de placa informando o direito à presença de acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 544, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Classifica como Estância Turística o Município de Apiaí.

2 - Projeto de lei nº 545, de 2011, de autoria do deputado Milton Vieira. Autoriza a Secretaria da Saúde, juntamente com a Secretaria da Educação do Estado, a implantar o "Programa de Prevenção às Verminoses" nas escolas da rede pública estadual.

3 - Projeto de lei nº 546, de 2011, de autoria do deputado Milton Vieira. Institui o programa "Fila Zero" para realização de exames de radioterapia, quimioterapia e ressonância magnética no atendimento aos pacientes dos hospitais públicos estaduais e dos conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS no Estado.

4 - Projeto de lei nº 547, de 2011, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dispõe sobre a alteração da denominação do Município de "Embu" para "Embu das Artes".

5 - Moção nº 42, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que determinem as providências necessárias para que seja reformulado o artigo 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), no sentido de serem aumentadas as penas previstas para os crimes de receptação e receptação qualificada.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 534, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Torna obrigatória a reserva de espaço para a divulgação de informações sobre pessoas desaparecidas nas contas de consumo como de água, luz, gás e telefonia no Estado.

2 - Projeto de lei nº 535, de 2011, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Dá a denominação de "Antonio Rodriguez Gallego" à Escola Técnica - ETEC de Poá.

3 - Projeto de lei nº 536, de 2011, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre os atos da segurança privada em danceterias, casas noturnas e afins no Estado.

4 - Projeto de lei nº 537, de 2011, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a proibição de instalação de radares eletrônicos fixos e móveis em locais de difícil visibilidade nas rodovias do Estado.

5 - Projeto de lei nº 538, de 2011, de autoria do deputado Celso Giglio. Proíbe os estabelecimentos comerciais e as instituições financeiras do Estado de emitirem quaisquer comprovantes em papel termossensível.

6 - Projeto de lei nº 539, de 2011, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Vitório Luppi" ao viaduto localizado no km 41,5 da Rodovia SP 147, em Itapira.

7 - Projeto de lei nº 540, de 2011, de autoria do deputado Enio Tatto. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Campeonato de Skimboard", em Ubatuba.

8 - Projeto de lei nº 541, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais a policiais e bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo que se acidentam em trabalho.

9 - Projeto de lei nº 542, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais do Estado.

10 - Projeto de lei nº 543, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Associação Mauaense de Assistência e Apoio aos Deficientes Visuais - AMADEVI", em Mauá.

11 - Moção nº 38, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 3640/2004, que dispõe sobre o "Estatuto das Metrôpoles", seja aprovado.

12 - Moção nº 39, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Aplauda a Associação dos Policiais Militares Evangélicos do Estado de São Paulo pelo merecido reconhecimento, pela grandeza da missão e por cumprir o seu papel com hombridade e dedicação.

13 - Moção nº 40, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda a Constituição nº 3/2007, que tem por objetivo permitir férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, seja aprovada.

14 - Moção nº 41, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei Complementar nº 591, de 2010, seja aprovado, incluindo o aditamento feito pela Ordem dos Advogados do Brasil, que inclui as sociedades de advogados no Sistema Simples de Tributação.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 25, de 2011, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Programa de Participação de Alunos em Eventos da Assembleia Legislativa".

2 - Projeto de lei nº 526, de 2011, de autoria do deputado Luiz Moura. Institui o "Dia dos Profissionais Autônomos do Transporte Público Alternativo e dos Usuários do Transporte Público no Estado".

3 - Projeto de lei nº 527, de 2011, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Classifica como Estância Turística o Município de Monteiro Lobato.

4 - Projeto de lei nº 528, de 2011, de autoria da deputada Célia Leão. Institui o "Dia Estadual da Criança Desaparecida".

5 - Projeto de lei nº 529, de 2011, de autoria do deputado Alencar Santana. Assegura a gratuidade na utilização de banheiros públicos nas estações rodoviárias do Estado.

6 - Projeto de lei nº 530, de 2011, de autoria do deputado Gil Arantes. Proíbe a realização de trotes nos estabelecimentos educacionais públicos e privados no Estado.

7 - Projeto de lei nº 531, de 2011, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Comunidade Terapêutica Peniel de Rio Claro".

8 - Projeto de lei nº 532, de 2011, de autoria do deputado Pedro Tobias. Altera a Lei n.º 684, de 1975, para que se inclua o Bombeiro Municipal como cooperador na prestação de serviços pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado.

9 - Projeto de lei nº 533, de 2011, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Maria Helena Santos Miranda" ao viaduto localizado no km 420 da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, em Garça.

10 - Moção nº 37, de 2011, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Aplauda a atitude tomada pela FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas e pelo IMAE - Instituto Metropolitano de Altos Estudos, que lançaram em São Paulo um núcleo de estudos sobre o bullying nas escolas.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 322, de 2008, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Estabelece normas básicas acerca das oficinas mecânicas e estabelecimentos assemelhados que funcionam no Estado. Parecer nº 348, de 2011, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 350, de 2011, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Dispõe sobre advertências quanto ao uso excessivo do sal de cozinha. Parecer nº 349, de 2011, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Moção nº 224, de 1999, de autoria do deputado José de Filippi. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de determinar que a Aneel, através das concessionárias, adote programa emergencial de suspensão temporária de pagamento de contas de consumo de energia elétrica, por consumidores

desempregados.

2 - Moção nº 129, de 2000, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de criar um Foro de Energia para construção de um modelo energético compatível com as realidades econômica e ambiental do País.

3 - Moção nº 93, de 2001, de autoria da deputada Célia Leão. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de incentivar e proporcionar meios para a instalação de maior número possível de janelas, vitrôs ou de tijolos de vidro transparente nos imóveis para melhor aproveitamento da iluminação natural.

4 - Moção nº 94, de 2001, de autoria da deputada Célia Leão. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de incentivar a utilização de telhas transparentes, em galpões industriais, oficinas e telhados em geral, para melhor aproveitamento da iluminação natural.

5 - Moção nº 102, de 2001, de autoria da deputada Célia Leão. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de incentivar o rebaixamento das calhas de iluminação de teto, dos galpões industriais, oficinas e lojas de comércio em geral, para melhorar a claridade e auxiliar a economia de energia.

6 - Moção nº 41, de 2003, de autoria do deputado Italo Cardoso. Apela para o Sr. Governador do Estado de São Paulo a fim de exonerar o Sr. Aparecido Laertes Calandra do quadro de servidores do Estado, e de determinar, aos Secretários de Estado, a adoção de critérios baseados no respeito aos direitos humanos para contratação e nomeação de servidores.

7 - Moção nº 86, de 2003, de autoria do deputado Renato Simões. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de promover amplo e democrático debate sobre o papel das agências reguladoras, com a participação de todos os setores envolvidos em cada um dos temas relacionados, especificamente, em relação à Agência Nacional de Águas - ANA.

8 - Moção nº 64, de 2004, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de cumprir a decisão do STF aplicando a totalidade da arrecadação da CIDE na infra-estrutura do transporte brasileiro.

9 - Moção nº 79, de 2004, de autoria do deputado Fausto Figueira. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de garantir a isenção de pagamento da taxa anual de licença de radioamador para todo cidadão brasileiro aposentado.

10 - Moção nº 28, de 2007, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que adote providências junto ao CONTRAN, para prevenir acidentes provocados pelo levantamento involuntário de caçambas de caminhões basculantes

11 - Moção nº 39, de 2007, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela ao Sr. Presidente da República a fim de determinar a realização dos estudos técnicos necessários para contemplar no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em parceria com a iniciativa privada, investimentos em programas de destinação final e tratamento de resíduos sólidos e de geração de energia proveniente da queima do lixo (usina verdes).

2ª Sessão

1 - Projeto de decreto legislativo nº 121, de 1996, de autoria do(a) Sr.(a) relator especial pela Comissão de Finanças. Propõe o arquivamento do contrato celebrado em 24.03.88 entre o Delegado Regional Tributário da Grande São Paulo e o Sr. José Zahroul Filho.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 14, de 1997, de autoria do(a) Sr.(a) relator especial pela Comissão de Finanças. Propõe o arquivamento do contrato celebrado em 9.6.88, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, por meio da Delegacia Regional Tributária da Grande São Paulo e a Adicasa Empreendimentos e Participações Ltda.

3 - Moção nº 529, de 1995, de autoria da deputada Mariângela Duarte. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de apoiar iniciativas e entidades como a campanha "SOS-SANTOS - Um mutirão da vida contra a AIDS, do GAP/BS.

4 - Moção nº 285, de 1996, de autoria do deputado Alberto Calvo. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de envidar esforços para melhorar a miserável e insustentável situação dos aposentados brasileiros.

5 - Moção nº 158, de 1999, de autoria do deputado Nelson Salomé. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de viabilizar estudos para a movimentação da conta vinculada de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - pelo próprio estudante ou seu responsável legal, para o pagamento de matrículas e das mensalidades de cursos universitários.

6 - Moção nº 9, de 2000, de autoria do deputado Agripino Lima. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de desregulamentar o sistema cartorial que proíbe as destilarias de álcool hidratado de vender sua produção diretamente aos postos de abastecimento.

7 - Moção nº 10, de 2000, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de reduzir, em cinco anos, o tempo de aposentadoria dos trabalhadores deficientes físicos e visuais.

8 - Moção nº 47, de 2000, de autoria do deputado Dorival Braga. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de apresentar propositura ao Congresso Nacional que reinsira no ordenamento jurídico os benefícios contidos no inciso V do artigo 96 da Lei nº 8213, de 1991, revogado pela Lei nº 9528, de 1997.

9 - Moção nº 150, de 2000, de autoria do deputado Roberto Engler. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido de determinarem o reconhecimento legal do dia 9 de agosto como "Dia Nacional de Mobilização no Combate à Fome e pela Vida".

10 - Moção nº 169, de 2000, de autoria do deputado José Rezende. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de autorizar o uso do saldo na conta vinculada do FGTS, pelo trabalhador e seus dependentes, para quitar o financiamento do programa público de custeio de curso superior.

11 - Moção nº 43, de 2001, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido de aprovarem Projeto de lei que assegure aos mutuários, na liquidação de imóveis únicos e de uso pessoal para moradia, adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação, os benefícios da liquidação dos débitos através do Fundo de Compensação das Variações Salariais.

12 - Moção nº 73, de 2001, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de praticar eqüitativamente os reajustes dos benefícios previdenciários, garantindo tratamento isonômico aos aposentados.

13 - Moção nº 162, de 2001, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de alterar a Lei 8245, de 1991 - Lei do Inquilinato - com o objetivo de proibir a cobrança de multa contratual locatícia, quando o locatário desocupar o imóvel no prazo de 30 dias posteriores à data da perda de seu emprego.

14 - Moção nº 184, de 2001, de autoria da deputada Célia Leão. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de encaminharem o projeto de lei, que altere nosso Código Civil, no tocante à exclusão das pessoas portadoras de deficiência mental como incapazes, e a Lei Orgânica da Assistência Social para aumentar o índice do benefício às pessoas portadoras de deficiências.

15 - Moção nº 9, de 2002, de autoria do deputado Caldini Crespo. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, a fim de apoiar o Projeto de Lei nº 5992/01, que possibilita a utilização do FGTS para pagamento de despesas educacionais.

16 - Moção nº 66, de 2002, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Apela ao Sr. Presidente da República, no sentido de regularizar o repasse de verbas destinadas ao pagamento de despesas, visando a contagem de tempo de serviço dos beneficiários que necessitam dessa verificação.

17 - Moção nº 107, de 2002, de autoria da Comissão de Promoção Social. Parecer nº 1532/02. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de reajustarem as aposentadorias e pensões, sob o Regime Geral da Previdência Social, na mesma data e com o mesmo percentual do salário mínimo.

18 - Moção nº 19, de 2003, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de implementar ações contundentes nas áreas de planejamento familiar, reforma agrária, combate ao desemprego e redução das taxas e tarifas rodoviárias imprescindíveis para o êxito do Programa "Fome Zero".

19 - Moção nº 135, de 2003, de autoria do deputado João Caraméz. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de liberar os recursos para aquisição de cestas básicas para todos os acampados que aguardam assentamento em áreas rurais do Estado de São Paulo.

20 - Moção nº 3, de 2005, de autoria do deputado Paulo Sergio. Apela para os Srs. Presidentes da República e do Congresso Nacional a fim de aprovarem alterações, que especifica, ao artigo 40 da Constituição, relativas aos proventos do segurado aposentado por invalidez permanente.

21 - Moção nº 22, de 2005, de autoria do deputado Caldini Crespo. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional a fim de aprovar o Projeto de Lei do

Senado nº 58/03, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões.

22 - Moção nº 41, de 2005, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Manifesta seu repúdio à iniciativa do Ministério Público Federal em lançar e distribuir a cartilha "O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular", sem que fossem ouvidas as APAEs.